

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da sessão de apresentação das FND para 2021 aos Órgãos de Comunicação Social

Auditório do JALLC, Unidade de Apoio do Reduto Gomes Freire (CCOM), Oeiras, 6 de janeiro de 2021

Muito bom dia a todas e a todos.

Uma parte essencial da ação da defesa nacional prende-se com a presença das forças armadas portuguesas em missões de paz e de estabilização fora do território nacional.

Esta presença permanece uma fonte de prestígio nacional, afirmando Portugal como um aliado credível, e é um contributo real para a paz e a estabilidade em regiões de interesse estratégico para Portugal e para o espaço euro-Atlântico.

Essencialmente desde a década de 1990 e do final da Guerra Fria, Portugal tem empenhado, de forma regular,

contingentes no âmbito das missões da ONU, da NATO e da União Europeia.

Este empenho é pautado pelo respeito do direito internacional, significando isso que as missões em que as Forças Armadas portuguesas são empenhadas estão devidamente enquadradas por mandatos do Conselho de Segurança da ONU, com o objetivo de promover a paz e da segurança internacionais.

Em 2021, as missões no âmbito das organizações internacionais permanecerão uma prioridade, com a alocação da maior fatia orçamental (quase 50 Milhões de Euros, num total global de 65 milhões) e com a maior e mais significativa alocação de meios humanos e equipamentos.

Quer a defesa coletiva, quer a segurança coletiva continuarão a ser a nossa prioridade. No entanto, impõe-se uma perspetiva cada vez mais integrada da nossa ação, fruto da natureza plurianual dos compromissos assumidos.

Assim, em 2021, para além das missões de Treino da UE no Mali, na RCA e na Somália, que, sendo missões não executivas, se aproximam dos modelos desenvolvidos no âmbito da CDD, Portugal mantém também uma presença regular de Forças Nacionais Destacadas no âmbito da sua cooperação bilateral e multilateral, ao abrigo de acordos intergovernamentais e a pedido das autoridades que recebem no seu território as nossas forças.

Neste âmbito, a presença de FND deverá potenciar a ação em curso no âmbito das assessorias militares da rede de

Cooperação no Domínio da Defesa, nomeadamente no espaço da CPLP.

Moçambique, em particular, enquadra-se nessas sinergias, já que a revisão do Programa Quadro de Cooperação prevê o reforço do treino e formação, no que vemos como um contributo para o combate ao terrorismo que se estende no espaço africano, onde as nossas Forças Armadas estão presentes.

É nossa expectativa que durante 2021, seja possível trabalhar com os parceiros da União Europeia para aprofundar esse contributo e capacitar as autoridades moçambicanas para exercer autoridade sobre todo o seu território e assim contribuir para a segurança regional.

Obedecendo a essa vontade de planificação plurianual, a Diretiva Ministerial de Orientação Política para o Planeamento das Forças Nacionais Destacadas para o ano civil de 2021, identifica um conjunto de prioridades geográficas que estão refletidas nas missões para 2021 e que estão alinhadas com as prioridades definidas pelo Governo para a Presidência Portuguesa da UE na área da segurança e defesa.

Salientaria os seguintes:

1. reforço da nossa postura no corredor Atlântico, nomeadamente através da participação em missões de fiscalização conjunta no Golfo da Guiné e em exercícios no domínio da segurança marítima. Em 2021, isso reflete-se nas missões Mar Aberto, no Obangame Express, na capacitação da Guarda Costeira de São Tomé, bem como com a operação Atalanta, no Índico.

2. presença no Mediterrâneo, no quadro da segurança cooperativa, nomeadamente através da cooperação reforçada com os países do Magrebe e da participação em missões de fiscalização conjunta, em exercícios no domínio da segurança marítima e em operações de estabilização e de paz. Aqui destacaria a participação nas missões IRINI e SEA-GUARDIAN, da UE e da NATO respetivamente, mas também no *Framework for the South* da NATO.

3. Missões e operações que, especificamente, contribuam para a estabilidade da nossa vizinhança próxima, na defesa de uma fronteira avançada da Europa, em particular, o Magrebe e o Sahel. Aqui consideramos essencial criar sinergias e complementaridade entre os

objetivos definidos pela UE na Bússola Estratégica, as missões da ONU e as coligações internacionais *ad hoc* no terreno. Em 2021, Portugal manterá o seu compromisso com as missões da ONU e da UE no Mali e na RCA, bem como com as operações Carimbé e Takuba.

4. O compromisso e a solidariedade com a segurança e defesa do espaço estratégico da NATO – também prioridades –, em 2021, refletir-se-ão na participação em operações militares e/ou em missões de assessoria a decorrer tanto no Iraque como no Afeganistão, bem como no assegurar da segurança e defesa do Continente Europeu através dos mecanismos estabelecidos na Cimeira de Gales, nomeadamente, as *Assurance Measures*, a *Enhanced Forward Presence* e a *Tailored Forward Presence*, no Leste Europeu.

Para além das prioridades geográficas, a Diretiva torna mais evidente também a necessidade de assegurar uma maior articulação com os componentes civis da segurança internacional. Assim, destacamos o combate ao crime organizado e ao terrorismo transnacional, a cooperação com os elementos civis das missões PCSD da UE e o reforço do contributo da defesa para a gestão civil de crises, com capacidades destacáveis como aqueles que estão a ser usadas no âmbito do combate à pandemia da COVID-19 ou de unidades de estabilização e reconstrução para cenários de emergência civil, nomeadamente aqueles que decorram de eventos climáticos ou naturais extremos.

Concluiria salientando os equilíbrios que resultam dos meios disponíveis, com os interesses nacionais e as solicitações dos

nossos parceiros, num exercício complexo, mas que Portugal tem hoje bem definido. Continuamos a ver a excelência dos nossos militares como a pedra angular da nossa credibilidade enquanto produtor de segurança e damos, em 2021, os primeiros passos rumo a um entendimento e uma prática de planificação de médio e longo prazo para a nossa presença militar, bem como para uma maior articulação com os componentes civis de resposta a crises e de combate às ameaças híbridas, que são, já hoje, uma parte muito importante da insegurança que se abate sobre os nossos cidadãos e dos nossos parceiros.

Fico à vossa disposição para as questões que possam ter.

Muito obrigado.